

INSTITUTO
Documentação
Fonte: *Acritica (Cidades)*
Data: *19/5/2001* Pg *CE*
Class: *1919*

Indígenas levados a sério

ESTADO PREPARA ESTUDO PARA LEVAR AO CONGRESSO NACIONAL. NELE PRETENDE-SE DEFINIR LINHAS DE AÇÃO PARA UMA POLÍTICA OPERANTE

Se o Governo Federal não faz, o Estado está definindo a formulação de novos parâmetros para uma política indigenista brasileira. O estudo será apresentado ao Congresso Nacional e poderá definir as linhas de ação para implementar no País uma política indigenista mais operante. O Amazonas, que tem a maior população e diversidade etnocultural do Brasil, está gerindo a administração das comunidades indígenas por conta própria.

O Estatuto do Índio tramita no Congresso há dez anos, criando uma lacuna jurídica intransponível "ao reduzir a cidadania dos nativos, tornando-os estrangeiros em

sua própria terra", como observa o diretor do Departamento de Política Indigenista do Estado, Ademir Ramos. Esta semana, no auditório da sede do Governo, estiveram reunidos os representantes de várias secretarias estaduais, como as de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social e Justiça e Cidadania, com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Departamento de Política Indigenista e Conselho de Educação Escolar Indígena, para discutir essa questão. Eles vão fazer o levantamento dos trabalhos estaduais empreendidos em cada setor para a elaboração de propostas políticas para as comunidades autóctones e definição do papel dos Estados brasileiros diante dessa questão.

Professor de Antropologia na Universidade do Amazonas, Ademir Ramos dirige o Departamento de Política Indigenista do Estado. Ele explicou que grupos de trabalho institucionais vão percorrer todo o Amazonas para recolher dados específicos sobre a realidade do nosso patrimônio étnico.

A chamada integração nacional

e preservação cultural são o objetivo do Estatuto do Índio, contido no artigo 1º da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Desde 1991 tramita no Congresso o projeto de reformulação do Estatuto. A política indigenista do País remonta ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criada pelo Decreto n.º 8.072, de 20 de junho de 1910 pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, objetivando a pacificação, integração, assimilação, paternalismo e proteção. Sessenta e sete anos depois foi instituída a Fundação Nacional do Índio (Funai) pela Lei n.º 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que prega o respeito à pessoa, instituição e comunidades tribais, a garantia da posse permanente da terra e a preservação do equilíbrio biológico e cultural.

Durante a Semana dos Povos Indígenas, realizada de 15 a 22 de abril, o Governador Amazonino Mendes recomendou a elaboração de uma nova proposta para a cansada e inoperante lei vigente. Autonomia, capacitação, qualidade de vida, sustentabilidade e cidadania indígena são os princípios da proposta.

João Pinduca Rodrigues - 24/abr/2001



ENCONTRO Em abril, povos indígenas da região estiveram reunidos discutindo qualidade de vida

TRADIÇÕES PRESERVADAS

Respeito à língua e costumes

O Governador Amazonino Mendes, por meio do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, instituído em 23 de maio de 1998, faz o caminho inverso da histórica e violenta catequização, ao respeitar a soberania da língua, costumes e cultura do maior contingente e diversidade étnica do País.

O Amazonas, além de ter a maior população indígena do País em relação aos demais Estados - cerca de 100 mil indivíduos, tem também a maior diversidade lingüística do País - cerca de 70% dos quase 120 dialetos. A região do rio Negro concentra a maior população étnica do Estado, com 20 grupos diferentes. No Solimões vivem cerca de oito grupos étnicos, com predominância dos Ticunas, que são cerca de 40 mil indivíduos. Por este motivo a Escola Ticuna de Benjamin Constant foi escolhida para sede do 1º Encontro Regional de Educação Indígena promovido pelo Governo do Estado e Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingüe.

A educação de 25 mil índios de 65 etnias em todo o Estado do Amazonas é o tema do documentário de Aurélio Michilles, o diretor amazonense de "Silvino Santos, o cineasta da selva". A experiência da educação indígena será exibida em novembro. O Governo do Estado há dois anos efetivou o Conselho de Educação Escolar Indígena e o Departamento de Política Indigenista que dá suporte a 200 organizações nativas.

Hoje, 800 professores índios trabalham na educação bilingüe que alfabetiza na língua mãe e depois no português, em quase 600 escolas que cobrem todo o Estado.

A Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (Seduc), em parceria com os municípios, estabelece o calendário de formação escolar para a graduação de professores no nível médio. O Governo do Estado ainda mantém um acordo de cooperação com a Universidade de La

Trabe/Austrália de descrição das línguas e educação indígena por um período de cinco anos.

Os novos presidente e vice-presidente do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, eleitos por unanimidade, este mês, são os índios Jecinaldo Sateré-Maué e

Gilberto Mura. A Federação das Organizações Indígenas, composta de 200 unidades, repassa recursos para a educação. O Governo do Estado investe R\$ 800 mil fixos na formação escolar de professores indígenas. O valor é acrescido conforme a demanda de serviços.